

MARXISMO E PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: UMA RELAÇÃO PRESENTE NA PSICOLOGIA BRASILEIRA?

GABRIELLA PEDROSO MACHADO¹  

FERNANDO LACERDA JÚNIOR¹  

¹ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Goiânia, GO, Brasil.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa que explorou a hipótese de que o Marxismo foi fundamento importante na história da Psicologia Comunitária no Brasil. Após apresentar o percurso histórico da Psicologia Comunitária no Brasil e expor descrições sobre o Marxismo, o trabalho apresenta os resultados de um estudo bibliográfico. Foram analisados 12 trabalhos publicados na década de 1980. A análise destacou: a relação com a teoria marxista; função social e deselitização da Psicologia; concepção histórico-social de indivíduo; e presença da noção freireana de conscientização. A partir da análise o trabalho apresenta considerações críticas sobre a relação entre teoria marxista e Psicologia Comunitária destacando: a presença residual do Marxismo como fundamento teórico, a importância de categorias marxistas para problematizar a relação entre Psicologia e sociedade e os limites dos projetos de transformação social na Psicologia Comunitária.

Palavras-chave: Psicologia comunitária; Marxismo; Psicologia social; Transformação social.

Correspondência:

Gabriella Pedroso Machado
gabriellamachado217@gmail.com

Submetido em:

01/05/2020

Revisto em:

24/08/2020

Aceito em:

25/03/2022

Como citar:

Machado, G. P., & Lacerda Júnior, F. (2022). Marxismo e psicologia comunitária: uma relação presente na psicologia brasileira? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74:e027. <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP-2022v74.20484>



MARXISM AND COMMUNITY PSYCHOLOGY: A RELATIONSHIP THAT EXISTS IN BRAZILIAN PSYCHOLOGY?

ABSTRACT

This paper presents research exploring the hypothesis that Marxism was an important theoretical grounding in the history of Brazilian Community Psychology. The authors highlight the historical development of Community Psychology in Brazil and the main thesis of Marxist theories. Also, a bibliographical survey identified twelve texts of Community Psychology published in the 1980s that showed: the relationship with Marxist theory; debates about the social function of Psychology; historical-social concept of the individual; and the presence of the Freirean concept of conscientization. The manuscript argues that the bibliographical survey indicates: the residual presence of Marxism as a theoretical foundation; the importance of Marxist categories to problematize the relationship between Psychology and society; and, the limits of social change projects in Community Psychology.

Keywords: Community psychology; Marxism; Social psychology; Social change.

EL MARXISMO Y LA PSICOLOGÍA COMUNITARIA: ¿UNA RELACIÓN PRESENTE EN LA PSICOLOGÍA BRASILEÑA?

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación que explora la hipótesis de que el marxismo fue una base teórica importante en la historia de la psicología comunitaria brasileña. Los autores destacan el desarrollo histórico de la psicología comunitaria en Brasil y las principales tesis de las teorías marxistas. Además, una encuesta bibliográfica identificó doce textos de psicología comunitaria publicados en la década de 1980 que demuestran: la relación con la teoría marxista; debates sobre la función social de la psicología; concepto histórico-social del individuo; y la presencia del concepto freireano de conscientización. El manuscrito argumenta que la encuesta bibliográfica indica: la presencia residual del marxismo como fundamento teórico, la importancia de las categorías marxistas para problematizar la relación entre la psicología y la sociedad, y los límites de los proyectos de cambio social en la psicología comunitaria.

Palabras clave: Psicología comunitaria; Marxismo; Psicología social, Cambio social.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, diferentes psicólogos passaram a buscar uma Psicologia Crítica, comprometida com a transformação da realidade econômica e política dos países da América Latina. Surgiram algumas alternativas, como a Psicologia Social Comunitária (PSC), proposta de prática que se contrapõe ao modelo elitista e individualista de psicologia (Gonçalves & Portugal, 2012; Lacerda Jr., 2010).

Os trabalhos de Freitas (1996), Lane (2002) e Gonçalves e Portugal (2012) indicam que o Marxismo se configurou como um referencial teórico importante para a PSC: quando não era diretamente citado, aparecia de forma implícita, nas concepções de homem e nos objetivos apresentados para a Psicologia Comunitária (PC). O presente trabalho teve como interesse central aprofundar estudos sobre a PC tentando identificar e analisar a presença do marxismo nos primeiros trabalhos teóricos, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980. Especificamente, buscou-se identificar: qual corrente do marxismo foi apropriada nos trabalhos, os autores marxistas mais influentes nos trabalhos teóricos de PC e os conceitos ou concepções marxistas predominantes.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória. Esta, por meio de procedimentos específicos, buscou se apropriar de concepções teóricas realizando aproximações sucessivas com o objeto de estudo. Quando se utiliza a pesquisa bibliográfica é relevante evidenciar que ela é feita sempre com o objetivo de estudar teoricamente o objeto, fornecendo fundamentos que auxiliem futuras investigações (Lima & Mito, 2007).

Segundo Lima e Mito (2007, p. 44), a pesquisa bibliográfica: "vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente". Ainda segundo as autoras: "implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo" (Lima & Mito, 2007, p. 40).

O primeiro procedimento para a realização da investigação foi definir o recorte temporal. Escolhemos os anos entre 1960 e 1980, pois diferentes autores (Freitas, 1996; Lane, 2002) apontam que a partir da década de 1960 já existem discussões iniciais acerca da PC e o nosso foco estava nas produções pioneiras em PC. Em seguida, o estudo começou com um levantamento realizado em duas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Index Psi*. Para tanto, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "Psicologia Comunitária", "Psicologia na Comunidade", "Psicologia e Comunidade",

"Psicologia da Comunidade" e "Psicologia Social Comunitária". Neste primeiro levantamento, foram encontrados pouquíssimos textos. Por isso, foi realizado um segundo levantamento, a partir da análise das referências bibliográficas de livros e artigos sobre a história da PC no Brasil (Freitas, 1996; Vasconcelos, 1985; Lane, 2002; Gonçalves & Portugal, 2012; Baima, 2019) e nos primeiros volumes da revista "Psicologia & Sociedade" publicada pela Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). No total foram encontrados 14 textos, todos publicados na década de 1980. Foram excluídos apenas dois trabalhos: (1) um trabalho de Lane², pois não obtivemos acesso; (2) e o trabalho de Ammann³ por não ser uma obra de PC.

Restaram 12 textos que foram analisados após a construção de um roteiro de análise que orientou a leitura para identificar se os trabalhos apresentavam alguma apropriação de teses marxistas, qual a corrente e os autores do marxismo foram utilizados e quais os conceitos ou as concepções marxistas mais influentes.

Antes de apresentar o resultado da pesquisa, apresentaremos uma breve revisão da história e do desenvolvimento da PC no Brasil, assim como alguns debates centrais sobre o marxismo. A exposição teórica é importante para contribuir para a análise dos textos selecionados no sentido de tecer relações entre a PC e as teorias que remontam a Marx.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: GÊNESE E DESENVOLVIMENTO

A PC não é apenas uma resposta à crise teórica da Psicologia, mas parte de um contexto histórico específico. Diversos movimentos sociais eclodiram na década de 1960 em diferentes partes do mundo por mudanças na ordem social. As lutas sociais que ocorreram no período instigaram o surgimento de novas formas de ver o ser humano e a sociedade nas ciências humanas, o que preparou o terreno para o surgimento da PC (Góis, 2005; Montero, 2004).

Nos países europeus e nos EUA, a PC surgiu atrelada aos movimentos da área da saúde. A denominação PC foi utilizada, pela primeira vez, na década de 1965 na *Conference on the Education of Psychologists for Community Mental Health* ocorrida nos EUA, organizada por movimentos na área de saúde mental que criticavam o modelo psiquiátrico dominante. É nesse cenário que aparece um modelo de atuação voltado para prevenção e promoção de saúde com intervenção em comunidades (Góis, 2005; Lacerda Jr, 2010; Lane, 2002; Montero, 2004; Vasconcelos, 1985). No Brasil, a PC voltada para a saúde aparece na obra de Vasconcelos (1985) e em trabalhos desenvolvidos

em Minas Gerais (Freitas, 1996). Porém esse enfoque não foi o único ou o principal.

Segundo Góis (2003; 2005), no Brasil, o termo "PC" seguiu uma história muito próxima com a história da PC na América Latina. Mais detalhadamente: a PC apareceu fortemente vinculada com a Psicologia Social Crítica e como tentativa de responder às demandas populares em realidades sociais marcadas por ditaduras militares e desigualdades profundas. Além disso, houve um forte diálogo com a Educação Popular e a Teologia da Libertação (Góis, 2005; Gonçalves & Portugal, 2012; Lacerda Jr. 2010; Montero, 2004; Vasconcelos, 1985).

É marcante a influência das ditaduras militares que se instalaram na América Latina. Esse contexto catalisou o pensamento crítico sobre o papel da Psicologia em um cenário de violência estrutural e injustiças sociais. A PC, nesta situação, surge mais preocupada com respostas práticas do que com as especialidades teóricas e as delimitações quanto à função específica do psicólogo. Sua sistematização teórica só ocorreu posteriormente (Gonçalves, 2019; Lacerda Jr., 2010).

Importantes influências na PC foram Martín-Baró, Silvia Lane e Maritza Montero, autores que enfatizaram as dimensões sociais e históricas dos seres humanos e a importância de uma crítica da Psicologia e de alternativas para enfrentar problemas sociais, políticos e econômicos (Góis, 2005).

A criação da PSC na América Latina pode ser entendida como uma resposta às críticas à falta de relevância social da Psicologia para a classe trabalhadora na realidade latino-americana. A Psicologia que surge como alternativa pretendia abarcar os mais pobres e se afastar dos lugares tradicionais de trabalho (Gonçalves & Portugal, 2012; Lacerda Jr. 2010; Montero, 2004). Na segunda metade da década de 1990, há um movimento de desenvolver uma disciplina consistente teoricamente, sem esquecer seu compromisso social com a construção de uma sociedade mais humana (Freitas, 1996; Góis, 2005).

O trabalho em comunidades na Psicologia teve raízes em intervenções voltadas à modernização conservadora em curso desde a década de 1950. No período, frente à precariedade e os níveis de desemprego, surgiram movimentos populares que intensificaram os conflitos com o Estado. Nesse período, profissionais saíam das universidades buscando união com a população com o objetivo de promover uma consciência crítica, principalmente, por meio da educação popular (Freitas, 1996; Góis, 2005).

Os trabalhos em comunidade realizados pela Psicologia no Brasil aparecem mais tarde, já depois do golpe empresarial-militar de 1964 e do AI-5 de 1968. Tinham como preocupação central a deselitização da profissão, com pessoas saindo dos consultórios privados e oferecendo serviços psicológicos para a comunidade. Essas práticas foram chamadas de **Psicologia na Comunidade**. Já o termo **Psicologia Comunitária** foi utilizado a partir dos primeiros esforços de sistematização teórica e quando a redemocratização já estava em curso. As primeiras experiências ocorriam de maneira voluntária, fundadas em convicções políticas progressistas e com o objetivo de fortalecer projetos societários de justiça social. Portanto, a questão não era só a deselitização da Psicologia, mas fomentar a participação política da população (Freitas, 1996; Góis, 2005; Lacerda Jr., 2010).

Identificam-se trabalhos voltados para a comunidade sem uma unidade teórica ou nova nomenclatura. Os métodos e as teorias utilizados não eram debatidos de maneira minuciosa, pois o objetivo principal era colocar a Psicologia a serviço de populações mais pobres e fomentar suas lutas (Gonçalves & Portugal, 2012; Gonçalves, 2019). Parte dessas mudanças práticas foram questionamentos teóricos sobre o posicionamento da Psicologia diante dos conflitos sociais. Fervilhava uma crise da Psicologia e a busca por alternativas (Yamamoto, 1987).

Os trabalhos comunitários desenvolvidos até a primeira metade da década de 1980 apresentaram como principais temáticas a conscientização, a educação popular, discussões sobre prevenção, a saúde mental e os processos grupais (Freitas, 1996; Góis, 2005; Lacerda Jr., 2010).

A partir de 1985, com o fim da ditadura, os trabalhos comunitários perderam o caráter de clandestinidade, ingressaram nas universidades e passaram a ser sistematizados teoricamente (Góis, 2005; Lacerda Jr., 2010). Ao longo da década de 1980, ocorreram discussões acerca do caráter da PC e sua relação com projetos voltados à emancipação e com as populações mais pobres, rejeitando visões psicologizantes e a-históricas. O uso do termo PC apareceu em uma publicação no trabalho de D'Amorim (1980) e, a partir de então, se generalizou. A criação da Abrapso nesse período foi um marco importante para a discussão e divulgação de trabalhos sobre a PC (Freitas, 1996; Lacerda Jr., 2010).

As definições e os conceitos sobre o que seria a PC e seu objeto começaram a se difundir a partir do final da década de 1980. Em algumas concepções, ela foi definida como um trabalho psicossocial que tem como

fim a melhoria da qualidade de vida de comunidades vivendo em situações precárias. Na década de 1990, houve o aumento do trabalho de psicólogos junto a diferentes setores da população. Esse aumento é marcado pela diversidade teórico-metodológica. Além disso, houve um processo de institucionalização dos trabalhos comunitários, especialmente no campo da saúde (Freitas, 1996; Gonçalves & Portugal, 2012). Em todos os casos, a grande maioria das definições enfatizava o diálogo da PC e da PSC com outras áreas. Brandão (1999), por exemplo, cita quatro modelos que influenciaram a construção e consolidação da PC no Ceará: Psicologia Social Crítica, Psicologia Popular, Biodança e o Materialismo Histórico-Dialético.

É importante frisar que as práticas que predominavam no passado não deixaram de existir, mas há mudanças importantes que levaram à diferenciação entre PSC e PC. Com o crescimento e a implantação do projeto neoliberal e o surgimento do terceiro setor, os trabalhos comunitários em Psicologia começam a incluir qualquer coisa, inclusive atividades que nem mesmo indicam possibilidades de uma abstrata transformação social (Freitas, 1996; Lacerda Jr., 2010).

A PC está distante de possuir limites bem delineados e um consenso teórico em seu interior. Em trabalho de revisão histórica da PSC – de 1990 até 2010 –, Gonçalves e Portugal (2016) afirmam que o movimento em direção às comunidades e o compromisso político da Psicologia com a população foram passos importantes, mas que as práticas tradicionais da Psicologia permaneceram predominantes. Mais recentemente, Gonçalves (2019) criticou o processo de institucionalização da PC (ou mesmo da PSC), destacando como a criação de um novo especialismo não contribuiu para o fortalecimento de perspectivas populares na Psicologia brasileira.

A discussão sobre o papel da PC, o seu escopo teórico e a sua atuação ainda são atuais. Propostas sobre como pensar e fazer a PSC aparecem em congressos, encontros ou nas próprias universidades. Wiesenfeld e Albarracín (2016) apresentam a proposta de uma meta-PSC com a finalidade de preencher uma lacuna entre o discurso que fundamenta os valores, características e metas da PSC e os resultados obtidos pela ação comunitária.

A virada do século deixou para a psicologia social comunitária é a lição de que nem toda prática comunitária é emancipatória ou contribui, efetivamente, para a melhora das condições sociais de vida das maiorias populares do país. Da mesma forma, também mostrou que a sobrevivência do impulso crítico que resultou no desenvolvimento

das práticas comunitárias em psicologia foi mantido pela diferenciação de um campo específico: a psicologia social comunitária. Esta se diferencia por ser orientada por uma psicologia social crítica, por estabelecer relações orgânicas com outras áreas do conhecimento e de fazer profissional, por ter efetivo compromisso político com setores populares e que criticam uma psicologia a-histórica e reducionista (Lacerda Jr., 2010, p. 37).

Segundo Wiesenfeld e Albarracín (2016), a PC enfrenta uma crise que pode ser superada pela busca por uma continuidade crítica que consiga ultrapassar as limitações já mencionadas. Por outro lado, Gonçalves (2019) questiona a necessidade de um campo específico e defende a retomada de uma "favelização" da Psicologia para que, de fato, ela possa responder aos anseios populares. O exposto mostra que há enorme pluralidade e diversidade no interior da PC e hoje o campo não significa, necessariamente, a existência de teorias, objetivos e métodos que sejam coerentes com a proposta de uma Psicologia comprometida com a transformação. A retomada de um diálogo com a teoria marxiana tem muito a contribuir na construção de uma PC que, de fato, vise uma proposta de transformação social. A importância do Marxismo para tal renovação será discutida a seguir.

MARXISMO E CIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MARX

Alguns aspectos da teoria marxista são relevantes para este estudo sobre a PC, pois, além de contribuir como uma espécie de bússola, algumas categorias importantes para a PC são centrais no Marxismo: enfoque nos conflitos sociais, classes sociais e relações sociais, assim como em processos de conscientização. Além disso, diferentes autores (Freitas, 1996; Góis, 2005; Gonçalves & Portugal, 2012; Lacerda Jr., 2010) apontam a presença da influência marxista no início da PC no Brasil. Portanto, pensamos que é pertinente estudar sistematicamente a presença da teoria marxista ao longo da história da PC.

Porém, antes disso, é importante apresentar o que entendemos por marxismo. Este termo expressa toda e qualquer teoria que, de alguma forma, se vincula ao pensamento de Marx, mas que não necessariamente é fiel às suas ideias. Assim, o que é chamado de Marxismo, não necessariamente é fiel à teoria marxiana, isto é, ao conjunto de textos elaborados por Marx. Algumas interpretações e vertentes, como o stalinismo, incorreram, até mesmo,

em deformações e negações na teoria e no método propostos originalmente por Marx (Netto, 2006; 2011).

Netto (2011) e Yamamoto (2016) apontam que é possível apresentar três perspectivas diferentes na tradição marxista. A primeira define as ideias marxianas como uma concepção de mundo que se adequaria a qualquer situação. O marxismo é um conjunto de regras rígidas que se adequam a qualquer situação e, assim, deixa de ser busca pelo movimento da realidade social. Aqui há influências do pensamento positivista.

Em uma segunda interpretação, o pensamento de Marx é fragmentado, negando a unidade do real, concebido como uma especialidade. A teoria marxista é entendida como uma especialização das Ciências Sociais, reproduzindo a noção de que cada objeto deve ser tratado de maneira autônoma e fragmentada por ciências parcelares.

Uma terceira forma de se entender o marxismo é pelo estudo e análise da formulação marxiana, que parte do entendimento da ciência enquanto ciência da história que se divide em história dos homens e da natureza. Como o ponto central dos estudos de Marx é a história do homem, entende o ser social como unidade articulada. O objetivo não é só conhecer a realidade, como também transformá-la (Yamamoto, 2016).

A terceira interpretação tem interesse pelo conhecimento do real, trata o objeto enquanto totalidade e inserido em um tempo histórico e em uma sociedade específica. O fundamental, para Marx, é apreender o início, o desenvolvimento, a crise e as possibilidades de superação do modo de produção capitalista. Para tanto, o pensamento parte do real e busca a dinâmica e a estrutura do objeto em articulação com a totalidade. Nesta concepção, há três pilares que sustentam a teoria social de Marx: o método dialético fundado na materialidade da vida, a teoria do valor-trabalho e o horizonte revolucionário (Netto, 2011; Yamamoto, 2016).

Segundo Marx, o trabalho é o ponto central da atividade humana. Os homens, para existirem, necessitam transformar a todo tempo a natureza e com isso transformam a si mesmos. Esse pressuposto básico do trabalho é o que diferencia o homem (enquanto ser social) da natureza, que se produz por meio da síntese entre prévias-ideações e objetivações. As ideias são produzidas a partir de experiências reais e objetivas, sendo assim, é a existência material dos homens que determina sua consciência (Lessa & Tonet, 2004; Marx & Engels, 1846/2007). A vida material humana é produzida tendo como centralidade o trabalho (enquanto maneira de produção da vida humana, sanando

necessidades e criando outras). Entretanto, no capitalismo é justamente esse cunho humano da força de trabalho que é negado, ao transformar o trabalho em mercadoria, de maneira a coisificar as relações humanas colando a mercadoria e as necessidades do capital acima das necessidades humanas (Lessa & Tonet, 2004; Marx, 1844/2015; Oliveira & Paiva, 2016). É sobre a sociedade burguesa como forma de produção da realidade que Marx vai se debruçar, buscando compreender a estrutura e a dinâmica da sociedade em que vivemos de maneira radical, no sentido de ultrapassar as aparências e ir à raiz, às estruturas para se compreender a realidade social.

Entretanto, não se pode falar em um método marxista no sentido de um conjunto de regras pré-determinadas para se conhecer a realidade, mas sim em forma de se pensar o ser social em um determinado tempo histórico e uma maneira de pensar o caminho da investigação. Com a premissa básica de que o ponto de partida é sempre objeto a ser pesquisado, é este que dita as técnicas e os instrumentos para o pesquisador usar. Sempre se pautando no movimento real do objeto. Como reafirma Yamamoto (2016, p. 30):

Quando afirmamos que a orientação marxiana não é epistemológica – mas ontológica – não estamos dizendo que Marx não tenha desenvolvido ou utilizado estratégias específicas de investigação para o estudo do seu objeto, nem que não haja em seus escritos reflexões sobre o processo de construção de conhecimento. Há, mas sempre vinculado a um processo concreto de conhecimento do objeto. Nesse sentido é mais adequado que nos refiramos ao modo de operar de Marx como uma *orientação teórico-metodológica*.

O conhecimento teórico é o processo de apreensão da estrutura e dinâmica de um objeto, ou seja, trata-se de conhecê-lo como objetivamente se apresenta na realidade: “a teoria é para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (Netto, 2011, p. 21). Essa reprodução na consciência busca se aproximar do real (Netto, 2006; 2011; Yamamoto, 2016).

No caso de Marx, seu objeto de pesquisa é a sociedade burguesa. Sendo assim, é inegável que existe uma relação entre o sujeito e objeto, o que mostra que essa relação com o conhecimento não é externa ao homem, portanto não é possível em uma teoria ou estudo da sociedade uma neutralidade científica tão aclamada pela ciência positivista (Oliveira & Paiva, 2016). O que não quer dizer que não existe objetividade no conhecimento teórico, pois este deve ser verificado a partir da realidade social e histórica que está em constante movimento e é marcada por um conjunto de processos (Netto, 2011). Portanto:

Ser fiel ao objeto, dizíamos, implicaria igualmente uma máxima atividade do sujeito; conhecer a realidade - partindo dos apontamentos de Marx significa apanhar o movimento do real, entendendo que a realidade é complexa e em movimento, maior do que a nossa capacidade de compreensão (Yamamoto, 2016, pp. 33-34).

Como a sociedade é uma processualidade histórica, não seria correto afirmar uma natureza humana anterior ou independente em relação aos processos históricos: os seres humanos se produzem ao produzirem a história. No caso, a sociedade burguesa produz individualidades burguesas, o que não significa dizer que essa essência do homem é imutável (Lessa & Tonet, 2004). Com isso, entramos no terceiro ponto que é base do pensamento marxiano: o processo revolucionário. A revolução não só é possível, como é necessária para a construção de uma sociedade que de fato liberte a humanidade como um todo. A atual forma de sociabilidade já demonstrou que não nos levará a liberdade, mas sim a barbárie ou a própria extinção da humanidade (Lessa & Tonet, 2004). Sendo assim, a única saída é estrutural e revolucionária, que busque de fato a emancipação humana.

Ao contrário do que muitos esperavam, o avanço do neoliberalismo não trouxe para a humanidade libertação e prosperidade, mas sim um aprofundamento da crise do capital, com o aumento da miséria e da opressão, daí a necessidade da revolução (Lessa & Tonet, 2004; Yamamoto, 2016). O terceiro pilar não é um determinismo, mas uma possibilidade histórica. Uma possibilidade de ir contra a barbárie que o sistema capitalista impõe, lembrando assim, a "disjuntiva marxiana engelsiana socialismo ou barbárie" (Yamamoto, 2016, p. 28). Só é possível sair desse ciclo de barbárie por meio da revolução no sentido de mudança estrutural em direção a um sistema socialista que garanta a liberdade humana.

Desta forma e até o momento de superação da sociedade burguesa, a teoria marxista não será obsoleta ou superada, pois as explicações que Marx nos legou ainda oferecem respostas a vários processos atuais. Claro que não fornece todas as respostas e apresenta as limitações de seu tempo, mas enquanto o capital não for superado, ignorar as formulações marxianas resulta na impossibilidade de compreensão da realidade e de transformação (Lessa & Tonet, 2004; Yamamoto, 2016; Oliveira & Paiva, 2016).

Daí que, no compromisso acadêmico primordial de trazer à tona com maior nitidez os processos sociais em curso no contexto da crise [...] há um evidente compromisso político, de alimentar as lutas sociais e

políticas. Como já disse anteriormente, não existe ciência asséptica, neutra e descompromissada. E os tempos difíceis requisitam uma pesquisa na universidade comprometida com a vida, com a humanidade, num sentido humano genérico amplo (Behring, 2016, p. 67).

Segundo Behring (2016), é necessário construir uma ciência comprometida com a sociedade e suas lutas, mas que ao mesmo tempo tenha consciência das limitações de um campo profissional. Alguns grupos surgiram no século passado reivindicando para si esse compromisso, de maneira que é de interesse aprofundar sobre que compromisso é esse, quais seus referenciais, objetivos e limites.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NOS ANOS 1980: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM A TEORIA MARXISTA?

Aqui, exploramos as articulações entre a teoria marxista e a PC identificadas nos artigos publicados ao longo da década de 1980. Pretendemos analisar, especialmente, como pesquisadores ou profissionais entendiam o pensamento marxista (sabendo das diversas possibilidades de marxismo) e como realizaram articulações entre o marxismo e a PC em seus primórdios.

Como já apontado na introdução deste texto, não encontramos produções das décadas de 1960 e 1970, e as que tivemos acesso não abordam diretamente a PC, apesar de nesse período já existirem trabalhos comunitários (Freitas, 1996). Como afirmam Bomfim, Freitas e Campos (1992, p. 131): "Os trabalhos iniciais eram descritivos das comunidades ou de aspectos particulares das mesmas com propostas de atuações ainda vagas". Como a presente pesquisa buscou selecionar textos buscando sistematizar teoricamente a PC, os trabalhos que tratavam sobre atuações em lugares específicos não foram selecionados na presente pesquisa.

Outra lacuna importante foi a ausência dos anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade. Trata-se de uma fonte relevante, pois contém uma grande quantidade de trabalhos sobre PC publicados na década de 1980 (Bomfim et al., 1992). Porém, apesar de não conseguirmos obter acesso a essas produções, a partir de outras produções que analisaram esse material (Bomfim et al., 1992; Freitas, 1996), é possível destacar parte de sua contribuição para a história da PC.

Por meio da análise dos 12 trabalhos levantados, podemos identificar algumas características presentes na PC em seus primórdios. As publicações encontradas, de maneira geral, são relatos de experiência, reforçando a

tendência identificada por Bomfim et al. (1992). Os relatos de experiência, em sua maioria, apresentam discussões sobre situações vivenciadas no campo de atuação e questionamentos sobre a prática do psicólogo na comunidade. A seguir apresentaremos uma breve descrição dos trabalhos.

O primeiro texto que discute a PC é o de D'Amorim (1980). O texto tem por objetivo discutir a responsabilidade social da Psicologia no momento, afirmando que esta não deve ser apenas cientificamente rigorosa, mas preocupada com a melhoria da qualidade de vida das populações com quem trabalha. A autora discute a relação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada e afirma que a separação entre ambas deve ser superada, o que é possível pelo estudo da vida cotidiana. A autora também apresenta discussão sobre o papel da PC identificando quatro tipos de práticas: parceria com os movimentos sociais, trabalho clínico comunitário com o objetivo de prevenção, atividades voltadas à solução de problemas sociais específicos e engenharia social.

O segundo trabalho encontrado é a dissertação de mestrado de Gallindo (1981). A autora descreve o desenvolvimento da PC, especialmente nos Estados Unidos, na área da saúde mental, e destaca a busca pela superação do modelo médico. A PC é apresentada como parte de uma mudança marcada pela transição de um modelo intrapsíquico para um modelo social (constituído especialmente por teorias de aprendizagem social), voltado para a melhoria na qualidade de vida da população. A autora afirma que mudanças sociais dependem da modificação nos eventos sociais e ambientais que geram o bem-estar das pessoas e, por isso, propõe que a PC deve colaborar com a dignificação da vida humana atendendo às necessidades básicas da população.

Vasconcelos (1985), em um livro introdutório, retoma a história do desenvolvimento da PC no mundo, enfatizando a necessidade de uma Psicologia comprometida com os interesses populares e que atua a partir de um compromisso social e político com as classes populares. O autor apresenta uma visão de atuação mais ligada à área da saúde e destaca a necessidade de serviços multiprofissionais nas comunidades com foco na prevenção e na saúde mental.

Cezar Góis (1988; 1989) publicou dois textos que são os únicos que apresentam, explicitamente, como base teórica, o materialismo histórico e dialético. O autor relata apoiar-se em psicologias de influência marxista, especificamente a Teoria da Atividade de Leontiev. Sendo assim, o autor, ao contrário dos textos apresentados anteriormente, afirma que:

O problema central da Psicologia comunitária não é a relação entre saúde e doença, prevenção e tratamento, mas o reflexo no psiquismo da vida do lugar/comunidade e a transformação do indivíduo em sujeito; está voltando para o desenvolvimento da consciência, da identidade e da ação comunitária (Góis, 1988, p. 28).

Portanto, a visão de transformação social está centrada no desenvolvimento da consciência social e individual e da educação social, isto é, o autor aponta a formação de pessoas mais críticas e conscientes de si e da sua realidade como passo necessário para o trabalho coletivo de construção de uma nova realidade social.

Em seus textos, Andery (1984a; 1984b; 1989) apresenta a PC como um movimento de aproximação da população mais pobre. Segundo o autor, é necessário considerar as determinações históricas e culturais presentes nas vidas dessas populações. A atuação da Psicologia deveria estar voltada para ações educativas e movimentos de conscientização social. Assim, a transformação social aparece como um movimento para se alcançar uma verdadeira democracia social e cidadania. Outro ponto importante que aparece é sua aproximação com a teoria de Paulo Freire com relação à educação popular para a classe trabalhadora, o que traz uma proximidade com o materialismo histórico de Marx.

Bomfim (1989a; 1989b) e Bomfim e Machado (1988) em suas produções pensam a PC como resultado de uma reavaliação da Psicologia Social, rompendo com concepções importadas que defendem uma suposta neutralidade científica. A autora trabalha em seus textos com concepção de transformação social no sentido da promoção de melhor qualidade de vida nas comunidades e autonomia das comunidades mais pobres. Para tanto, propõe o desenvolvimento de pequenos grupos que se ajudam mutuamente, reforçando uma perspectiva cooperativista. Em seus textos, dois pontos se destacam: a visão do homem enquanto histórico e social e a dimensão ecológica, no sentido da atenção às questões físico-ambientais e suas consequências na vida da comunidade.

Já o texto de Lastória (1989) problematiza as práticas de psicólogos nas comunidades. O autor critica a ideia de neutralidade da ciência e defende a mudança de ambiente pelo psicólogo como pontos fundamentais da PC, além de conceber o homem enquanto histórico-social. O autor defende uma atuação da Psicologia junto aos movimentos reivindicatórios atuando frente aos problemas grupais, assim como com as questões individuais dos participantes do grupo.

Seria função do psicólogo: "resgatar os indivíduos a partir do conjunto de suas práticas sociais, constituindo-se num agente facilitador do desenvolvimento da consciência destes indivíduos em relação a si mesmos, o que não está separado dos grupos e classes sociais" (Lastória, 1989, p.145).

A análise dos textos pode ser dividida em uma problematização de quatro tópicos: (a) a relação com a teoria marxista; (b) função social e deselitização da Psicologia; (c) concepção histórico-social de indivíduo; e (d) a presença da noção freireana de conscientização.

Quanto à presença da teoria marxista ela aparece de forma direta e indireta. O único autor que traz de forma explícita a influência marxista em seus textos é Góis (1988; 1989), quem, em seus trabalhos, apresenta um diálogo direto com psicologias de base marxista, especialmente a teoria da atividade de Leontiev. No entanto, é importante frisar que suas produções aparecem no final da década de 1980, período em que a sistematização teórica da PC já estava em curso nas universidades. É importante destacar que os trabalhos de Andery (1984a; 1984b; 1989) também apresentam mais explicitamente a influência do pensamento marxista ao indicarem a importância dos trabalhos de Paulo Freire (sobre isto que será detalhado a seguir).

Nos escritos restantes, apesar de não existirem referências diretas ao marxismo, é possível identificar algumas influências de teses marxistas nas primeiras experiências em PC. A influência se manifesta especialmente por meio da preocupação com a transformação social por meio de uma priorização das classes populares. No entanto, nem todos os trabalhos que discutem transformação social aparecem próximos da perspectiva revolucionária que, tal como foi destacado, marca a teoria marxiana.

Baima (2019), ao analisar alguns dos textos mencionados neste trabalho (D'Amorim, 1980; Gallindo, 1982; Andery, 1984a; Vasconcelos, 1985), defende a tese de que há duas concepções de transformação social nestes textos: a primeira não rompe com os principais mecanismos na psicologia hegemônica e adota concepções como engenharia social, ecologia humana etc.; outra associa diretamente a questão das mudanças sociais com movimentos sociais de luta popular. A primeira concepção aparece explicitamente nos trabalhos D'Amorim (1980) e Gallindo (1981), os quais apresentam teses de uma PC importada dos Estados Unidos, cujo foco é a saúde mental, ainda que acentuem preocupações com as condições de vida das populações. Já os trabalhos de Andery (1984b), Bomfim (1989a, 1989b), Bomfim e Machado (1988), Góis (1988; 1989), Lastória (1989) e Vasconcelos (1985) apresentam

concepções que associam mudanças sociais com luta popular. Estes são os trabalhos que se aproximam da concepção de mudança social que atravessa correntes marxistas.

O segundo tópico importante para a análise é a problematização da função social da Psicologia e a preocupação com a sua deselitização, especialmente por meio da aproximação com os setores mais precarizados da população. Por isso, os trabalhos são realizados principalmente em bairros populares e favelas (o que é explicitamente defendido por: Andery, 1984b; D'Amorim, 1980; Gallindo, 1982; Góis, 1988; 1989; Vasconcelos, 1985).

O terceiro tópico de análise é a existência de uma concepção histórico-social de indivíduo em alguns trabalhos. Enquanto Góis (1988; 1989) defende esta tese apontando explicitamente para a teoria da atividade de Leontiev, outros autores defendem a centralidade da concepção histórico-social de indivíduo para trabalhos com grupos e classes sociais (Andery, 1984b; Bomfim & Machado, 1988; Bomfim, 1989a; 1989b; Lastória, 1989). Os textos também apontam a crítica da neutralidade científica que pode ser superada pelo posicionamento político explícito possibilitado pela aproximação junto à classe trabalhadora.

Finalmente, é importante destacar a presença da categoria conscientização. Esta aparece como horizonte da PC em diferentes trabalhos (Andery, 1984a; 1984b; 1989; Góis, 1988; 1989; Lastória, 1989). Conscientizar é um meio para as classes populares se apropriarem da realidade e atuarem organizadamente nas lutas de classes, ainda que, tal como Baima (2019) destacou, nem sempre os autores demonstrem a relação antagônica entre capital e trabalho que torna a conscientização um processo fundamental. Provavelmente, o fundamento deste conceito é a noção marxiana de consciência de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é importante destacar, mais uma vez, que os textos encontrados e analisados não representam o total de publicações sobre o assunto. Ainda assim, são representativos de perspectivas que estavam em voga na década de 1980. O fato de termos encontrado apenas publicações neste período pode ter como explicação o maior desenvolvimento da produção científica crítico promovido graças à criação da Abrapso em 1980. Esta foi uma instituição fundamental para a difusão e institucionalização da PC. Isto pode ser identificado pela quantidade de textos de PC publicados durante os anos

1980 em sua revista (*Psicologia & Sociedade*). Também não há dúvida de que o exemplo pioneiro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criando o primeiro curso de PC no país, também foi parte importante do processo de difusão do campo por meio de publicação (Bomfim et al., 1992).

É importante lembrar que os textos começam a ser publicados com o esgotamento da autocracia burguesa inaugurada pelo golpe empresarial-militar em 1979, isto é, o processo de elaboração teórica da PC ganhou maior força após os anos mais duros da ditadura. Esta ideia pode ser reforçada pela análise de Silva (2019), sobre os debates teóricos sobre a "crise da Psicologia Social" em periódicos brasileiros. Segundo o autor, as publicações sobre Psicologia Social nos anos 1970 não apresentavam concepções críticas de transformação social e isto provavelmente decorria da censura imposta pela autocracia burguesa e pelo clima de autocensura criado por medidas repressivas, especialmente o Ato Institucional nº 5, de 1968, e o Decreto-Lei nº 1.077, de 1970.

A partir da análise possibilitada pelos textos levantados durante a realização da presente pesquisa, é possível afirmar que a PC em suas produções iniciais não apresenta uma unidade teórica delimitada e que não existiu uma linha teórica dominante ou mesmo uma forte presença do pensamento marxista. Apesar de existirem pouquíssimas exceções, o que predomina são manifestações residuais do pensamento marxista, especialmente: ideias de transformação social, concepção histórico-social de indivíduo e a presença de conceitos que remetem às lutas de classes, especialmente classe social e conscientização.

Apesar de serem devedoras de teorias marxistas, as citadas manifestações residuais não são sinais de uma sólida apropriação do pensamento de Marx. Por exemplo, os debates sobre a transformação social presentes na maioria dos primeiros textos em PC e é quase um consenso destacar este elemento na história da PC. Porém, tal como destacamos, a partir do trabalho de Baima (2019), destacar a importância da transformação social não necessariamente significa buscar a efetivação de mudanças estruturais no capitalismo e a existência de um horizonte orientado pela perspectiva da emancipação humana (comunismo). A ênfase fundamental dos textos é na aproximação aos movimentos populares, objetivando melhor qualidade de vida para a população mais pobre. Algumas vezes, podemos identificar forte influência de correntes estadunidenses distantes do marxismo (Gallindo, 1982; Andery, 1984a), além de outras vertentes teóricas como humanismo

(Góis, 1988; 1989) ou a teoria ecológica (Bomfim & Machado, 1988; Bomfim, 1989b). Mesmo na exceção que afirma a regra, o trabalho de Góis (1988), é possível afirmar que envolve um ecletismo em que o marxismo é articulado tradições irracionistas como a biodança e o humanismo estado-unidense.

Em geral, as manifestações residuais que vão ao encontro de propostas marxistas residem em análises políticas e críticas sobre a Psicologia e sua relação com a sociedade. Em vários textos, a luta de classes está presente, assim como uma análise crítica do Estado. Especialmente os trabalhos de Góis (1988; 1989) destacam a influência direta de uma psicologia materialista, histórica e dialética, bem como apresentam uma tendência de sistematizar a PC enfatizando a aproximação da Psicologia com as classes populares.

Outras manifestações do diálogo entre PC e teoria marxista aparecem na crítica da suposta neutralidade da ciência (Andery, 1984b; Lastória, 1989; Bomfim, 1989a) e na forte presença da educação popular de inspiração freireana (Andery, 1984a; 1984b; 1989; Góis, 1988; 1989).

Concluimos que, apesar da existência de alguns pontos que tangenciam o Marxismo e a PC, não é possível identificar a existência de articulações entre ambos marcada por uma apropriação profunda do primeiro. Assim, concordamos com a crítica de Yamamoto (1987) sobre os limites da PC como proposta que confunde o sujeito histórico da revolução com o papel de uma profissão orientada por uma ciência parcelar. O autor destaca ainda que as propostas de alternativas em Psicologia demandam retomar e aprofundar como a obra marxista foi entendida e desenvolvida, caso não se queira cair em alternativas que não se alternam.

A pesquisa indicou que houve, nos trabalhos pioneiros, uma apropriação reduzida e, em alguns casos, sem qualquer referência ao Marxismo. Isto pode explicar características da PC hoje e alguns giros conservadores que possibilitaram o retorno de concepções teóricas anteriormente criticadas ou a penetração de vertentes como a Psicologia Positiva (Gonçalves, 2019). Talvez a apropriação do Marxismo ainda seja um projeto não realizado na PC.

REFERÊNCIAS

- Andery, A. A. (1984a). Trabalhos em comunidade: seu significado para a produção de novos conhecimentos científicos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(1), 30-34. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931984000100005>
- Andery, A. A. (1984b). Psicologia na comunidade. In: S. T. M. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 203-220). São Paulo: Brasiliense.

- Andery, A. A. (1989). Psicologia social e comunitária. *Psicologia e Sociedade*, 4(7), 125-135.
- Baima, L. S. (2019). *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária* (Tese de doutorado). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, SP.
- Behring, E. R. (2016). Pesquisa na tradição marxista: método e sua contribuição para as ciências humanas e sociais. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, K. Amorim, & F. C. Lima (Orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 57-70). São Paulo: Outras Expressões.
- Bomfim, E. M. (1989a). Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 4(7), 42-46.
- Bomfim, E. M. (1989b). O psicólogo na comunidade. *Psicologia e Sociedade*, 4(7), 119-124.
- Bomfim, E. M., & Machado, M. N. M. (1988). Psicologia comunitária. *Psicologia e Sociedade*, 3(4), 13-16.
- Bomfim, E. M., Freitas, M. F. Q., & Campos, R. H. F. (1992). Fazeres em psicologia social. In Conselho Federal de Psicologia, *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços* (pp. 125-160). Campinas: Editora Átomo.
- Brandão, I. R. (1999). As bases epistemológicas da psicologia comunitária. In I. R. Brandão, & Z. A. Bomfim (Orgs.), *Os jardins da psicologia comunitária* (pp. 31-48). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- D'Amorim, M. A. (1980). Psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32(3), 99-105.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 44-65). Petrópolis: Vozes.
- Gallindo, L. C. (1981). *A psicologia comunitária como agente de transformações sociais*. (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.
- Góis, C. W. L. (1988). Reflexões sobre psicologia comunitária. *Revista de Psicologia: Fortaleza*, 6(2), 25-31.
- Góis, C. W. L. (1989). Pedra branca: uma contribuição em psicologia comunitária. *Psicologia e Sociedade*, 5(8), 95-118.
- Góis, C. W. L. (2003). Por uma psicologia popular. In: C. W. L. Góis (Org.), *Psicologia comunitária no Ceará* (pp. 35-70). Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gonçalves, M. A. (2019). *Psicologia favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia*. Rio de Janeiro: Mórula.

- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2012). Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe.), 138-153. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500010>
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 562-571. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p562>
- Lacerda Jr., F. (2010). Notas sobre o desenvolvimento da psicologia social comunitária. In F. Lacerda Jr., & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia e sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 19-41). Campinas: Alínea.
- Lane, S. T. M. (2002). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-33). Petrópolis: Vozes.
- Lastória, L. A. C. N. (1989). A psicologia na comunidade. *Psicologia e Sociedade*, 75(7), 143-146.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2004). *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lima, T. C. S., & Mito, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(spe), 37-45. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Marx, K. (2015). *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. P. Netto, & M. A. Pacheco, Trans.). São Paulo: Expressão Popular. (Originalmente publicado em 1844).
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã* (R. Enderle, N. Schneider, & L. C. Martorano, Trans.). São Paulo: Boitempo. (Originalmente publicado em 1846).
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitária: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Netto, J. P. (2006). *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Oliveira, I. F., & Paiva, I. L. (2016). A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre formação e atuação do profissional de psicologia. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, K. Amorim, & F. C. Lima (Orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 223-244). São Paulo: Outras Expressões.
- Silva, G. A. M. (2019). A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 48-63. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i3p.48-63>
- Vasconcelos, E. M. (1985). *O que é psicologia comunitária?* São Paulo: Brasiliense.
- Wiesenfeld, E., & Albarracín, D. P. (2016). La meta psicología social comunitaria: propuesta para enfrentar la crisis de la disciplina en América Latina. In V. M. Ximenes (Org.), *Psicología comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres* (pp. 197-211). Fortaleza: Expressão.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.

Yamamoto, O. H. (2016). A atualidade do método de Marx. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, K. Amorim & F. C. Lima (Orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 25-42). São Paulo: Outras Expressões.

NOTAS

¹ Este, possivelmente, foi o principal limite deste estudo, pois produções entre 1960 e 1980 não necessariamente se encontram catalogadas em bases digitais. Por isso, como será apresentado a seguir, se decidiu complementar este procedimento com outro, com a finalidade de acessar bibliografia publicada que não é acessível por bases digitais.

² Lane, S. (1981). Psicologia Comunitária na América Latina. In *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade* (p. 5-9). São Paulo, SP: PUC-SP.

³ Ammann, S. B. (1987/2013). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez 12^a ed.